

CARLOS AUGUSTO DE MEDEIROS/UFCG  
LUCIANA LEANDRO DA SILVA/UFCG

**Militarização das Escolas Públicas da Educação Básica no Brasil:**  
gestão, organização do trabalho pedagógico e qualidade de ensino.

Projeto de Pesquisa apresentado ao Colegiado de Professores da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* Campina Grande/PB, para aprovação.

Área de concentração: Política e Gestão da Educação.

Campina Grande, PB  
2019

## 1 O problema de pesquisa

### 1.2 Problematização

O Governador eleito, em 2018, no Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) participou da primeira troca da bandeira nacional<sup>1</sup>, na Praça dos Três Poderes, nos primeiros dias de seu governo. Naquele momento, afirmou:

Estamos vivendo um momento em que temos que reforçar esses laços cívicos. Uma solenidade como esta reafirma o nosso compromisso com a pátria. Acho que todos têm que ter esse envolvimento. Faço questão de estar nesta cerimônia e nas outras de hasteamento que forem feitas (DIÁRIO DO PODER, 2019).

Nesse contexto, anunciou que pretendia dar andamento o mais rápido possível às parcerias público-privadas (PPP), que estariam em estudo em “vários locais”.

Poucos dias depois, anunciou que estava em estudo um convênio com a Polícia Militar para “formar”, de acordo com o texto, alunos em quatro escolas públicas do Distrito Federal, localizadas nas Regiões Administrativas da Estrutural, de Ceilândia, do Recanto das Emas e de Sobradinho<sup>2</sup> (PATARO, 2019).

Duas foram as razões listadas para essa iniciativa: (i) regiões com alto índice de criminalidade e (ii) estudantes com baixo desempenho. Apresentando bons resultados, a ideia será expandida para mais 36 (trinta e seis) escolas do DF (PATARO, 2019).

O Secretário de Educação do Distrito Federal, contudo, afirmou que

[...] as ações da PM não deverão influenciar o currículo pedagógico. A ideia é que os militares ajudem na formação disciplinar de alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio (PATARO, 2019).

Segundo o Secretário, não se trata de militarização: “é um convênio das escolas da PM para auxiliar na disciplina e no contraturno. Não muda o currículo” (PATARO, 2019).

---

<sup>1</sup> A cerimônia de substituição da Bandeira Nacional é um evento mensal, realizado em Brasília, sob o comando de uma das Forças Nacionais (Marinha, Exército e Aeronáutica) que se revezam na organização, coordenada pelo Ministério da Defesa (Decreto nº. 5.605).

<sup>2</sup> São quatro Regiões Administrativas do Distrito Federal que possui, em 2019, 31 (trinta e uma) no total.

Parece claro que, de início, é preciso investigar o conceito de currículo na fala do Secretário, dado que para nós tudo que se realiza na escola é currículo. E depois, a necessidade para o auxílio à disciplina, diga-se, para o controle da disciplina, supõe-se ser essencial para a aprendizagem escolar.

Em um ambiente repleto de ostentação – mais de 600 militares presentes, dezenas de carros, caminhões, além de helicópteros das forças policiais –, finalmente, anunciou as ações do governo e, dentre elas, a “implementação de quatro escolas militares” (EUFRÁSIO, 2019). Segundo o Governador,

[...] a proposta é “levar disciplina” para a educação e “trazer de volta valores cívicos às crianças”. Esse ensino de excelência dado nas escolas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tem de ser estendido a todas as nossas escolas do DF. Esse, para mim, é um compromisso, pois é o terceiro maior problema que temos no DF, a formação das nossas crianças (EUFRÁSIO, 2019).

Três considerações preliminares. A primeira é que o eixo de sustentação da proposta são os valores cívicos, anunciados dias antes na cerimônia de substituição da Bandeira Nacional. A segunda, parece haver no senso comum uma identidade entre escolas militares e parcerias cívico-militares. Além disso, para o Governador o controle da disciplina está diretamente relacionado à aprendizagem: “[...] Tenho certeza de que vamos melhorar o nível educacional das nossas crianças” (EUFRÁSIO, 2019).

Ibaneis afirmou não se tratar de imposição. Mas o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRODF) não concordou. Barros (2019) lembra que o modelo já vem sendo implementado, sem consenso, em alguns estados, tais como Goiás, Bahia, Roraima e Mato Grosso.

No Plano Federal, o fomento às parcerias cívico-militar foi anunciado pelo Governo Federal em seu segundo dia de mandato e implementado com o Decreto nº. 9.465/2019 ao reestruturar o MEC e criar a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Essa iniciativa vem sendo perseguida pelo Governo do Distrito Federal. Para Barros (2019), contudo,

[...] A ação que faz parte do projeto SOS Segurança e terá parceria com a Polícia Militar (PM), surgiu como resposta à crescente onda de violência dentro do ambiente escolar, seja contra professores, servidores ou entre os próprios estudantes. Entretanto, o enfrentamento à essa violência está associado apenas ao uso de técnicas repressivas que ignoram os reais problemas enfrentados na rede pública de ensino.

Para Barros (2019), ainda, a crença nos resultados positivos dos Colégios Militares atribuídos ao modelo requer atenção,

[...] estudos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstram que essa conclusão é frágil e sem sustentação na realidade. Sem dúvida, se as mesmas condições fossem oferecidas aos alunos de escolas públicas todos alcançariam o mesmo padrão de qualidade.

Nessa mesma linha, a ANPED (2019) avaliou a proposta de parcerias cívico-militares em Nota<sup>3</sup> publicada em fevereiro, desse ano. Compreende os anseios da população por ensino de qualidade (escolas estruturadas e disciplina escolar) e garantia de segurança como reais e compreensíveis. Mas há equívocos. Em primeiro lugar, afirma a Nota,

[...] Cabe observar que boa estrutura, boa carreira docente e ambiente escolar disciplinado não devem ser confundidos com militarização, mas sim com investimentos públicos, administração profissional e comprometida, observância aos preceitos legais e gestão democrática contando com a participação da comunidade escolar (ANPED, 2019).

Em segundo lugar,

[...] esta política educacional fere o direito universal à educação de qualidade para todos os cidadãos, tendo caráter excludente uma vez que a militarização é proposta como um modelo de “escolas de alto nível”, às quais serão garantidas as condições diferenciadas efetivas para o funcionamento, enquanto as demais escolas das redes públicas regulares padecem em precárias condições infraestruturais, tecnológicas, pedagógicas e de pessoal (ANPED, 2019).

Em ambas análises, SINPRODF e ANPED alertam para a necessidade de uma investigação mais acurada sobre o entusiasmo sistêmico em torno das parcerias cívico-militares traduzido na ida do Governador do Distrito Federal ao MEC, em busca de R\$ 7,2 mi para mais 36 escolas com gestão militar (DUTRA;

---

<sup>3</sup> Assinam a Nota as seguintes entidades: Associação Brasileira de Currículo (ABdC); Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio); Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC); Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Associação Nacional de Política e Administração Escolar (ANPAE); Associação Nacional de História (ANPUH); Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras e Artes (FCHSSALA); Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação e equivalente das Universidades Públicas (FORUMDIR); Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

ALCÂNTARA, 2019), antes mesmo da avaliação positiva do experimento, conforme anunciado.

Diante do exposto, este estudo objetiva analisar a política de militarização das escolas públicas da educação básica no Brasil, notadamente a tríade gestão-organização do trabalho pedagógico-qualidade da educação. Para tanto, busca responder a questionamentos, tais como:

- o que são as parcerias cívico-militares nas escolas públicas?
- o que motiva essas parcerias?
- a gestão nessas escolas impactam na aprendizagem dos estudantes?
- que ideia de qualidade de ensino subjaz a essas parcerias?
- essas parcerias asseguram o direito universal à educação?
- disciplina e obediência conflitam com criatividade e novidade?
- disciplina e obediência são benéficas à experiência de socialização dos jovens?
- escolas militarizadas possuem violência no ambiente escolar?
- militarização fere o princípio da gestão democrática?
- os princípios constitucionais do ensino no Brasil estão assegurados por essas parcerias?

## **1.2 O Problema de Pesquisa**

Como a militarização das escolas públicas da educação básica brasileira concebe seus indicadores de qualidade?

## **2 Objetivos**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar a política de militarização das escolas públicas da educação básica no Brasil, notadamente a tríade gestão-organização do trabalho pedagógico-qualidade da educação.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- definir militarização das escolas públicas da educação básica brasileira, à luz da legislação vigente;
- analisar o papel da gestão da educação na promoção de uma educação de qualidade, bem como na proposta sob estudo;
- analisar as categorias analíticas externas à atividade pedagógica que sobredeterminam objetivos, conteúdos e métodos pertinentes à organização do trabalho pedagógico;
- analisar a concepção de qualidade da educação subjacente à proposta, tanto em nível nacional, como em nível local;
- analisar a garantia do direito à educação, a partir do estudo dos limites regulamentares e do poder discricionário do Poder Executivo para a proposta em questão.

### 3 Metodologia da investigação

“existe uma pluralidade de verdades – e, por conseguinte, de escolhas”  
(WOORTMANN, 1997, p. 25)

Partindo do texto em epígrafe, essa investigação se alia à compreensão de que pesquisar é um processo que busca “compreender interpretativamente a realidade”. Esse percurso não é único e, portanto, deve ser descrito.

Assim, afirmaremos com Bachelard (19--, p. 11) que “[...] seja qual for o ponto de partida da actividade científica, tal actividade só pode convencer plenamente abandonando o domínio de base: *se ela experimenta, terá de raciocinar; se raciocina, terá de experimentar* [...]”. Com isso, reconhecemos que na investigação considerada científica transitam livremente e inseparavelmente de um lado, empiria e de outro, teoria; isto é, entre o real e o racional<sup>4</sup>.

É pois, na encruzilhada dos caminhos que devemos nos colocar assumindo um conhecimento que é “[...] conquista da fusão do racional com o empírico [...]” (SALOMON, 2000, p. 146).

---

<sup>4</sup> Reforçando esse argumento da falsa dualidade que ocupou o pensamento científico opondo-se de um lado, racionalistas e de outro, empiristas, Bachelard (19--, p. 14) assinala que “[...] estamos perante uma razão de novidade metodológica que teremos de clarificar; as relações entre a teoria e a experiência são tão estreitas que nenhum método, quer experimental, quer racional, tem a garantia de conservar seu valor [...]”

Apoiados em Booth, Colomb e Williams (2000, p. 7), sustentamos que pesquisar é “simplesmente *reunir informações necessárias para encontrar resposta para uma pergunta e assim chegar à solução de um problema*”. Nosso problema, antes exposto, consiste em responder à seguinte indagação: Como a militarização das escolas públicas da educação básica e a qualidade da educação se relacionam?

Compreendemos que a ciência moderna não é a única explicação possível da realidade, mas antes, apenas, uma das possíveis explicações<sup>5</sup>. Reconhecida sua limitação como instrumento de construção da realidade, a ciência e a pesquisa – veículo da ciência – têm por missão investigar o mundo em que o homem vive e, decorrente disso, o próprio homem.

Como ponto de partida, assume-se para o presente estudo a **abordagem dialética**. Com isso, quer-se afirmar a aceitação de uma concepção, uma “visão de mundo” pautada, fundamentalmente, em

[...] até agora, os homens sempre tiveram idéias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam de Deus, do homem normal etc. Esses produtos de seu cérebro cresceram a ponto de dominá-los completamente. Criadores inclinaram-se diante de suas próprias criações. Livremo-los, pois, das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles se estiolam. Revoltemo-nos contra o domínio dessas idéias. Ensinemos os homens a trocar essas ilusões por pensamentos correspondentes à essência do homem, diz alguém; a ter para com elas uma atitude crítica, diz outro; a tirá-las da cabeça, diz o terceiro e – a realidade desmoronará (MARX; ENGELS, 1998, p. 3).

Desnudar a realidade, promovendo o “desmoronamento” da representação que dela possuímos, implica reconhecer os limites dos instrumentos de leitura da realidade traduzidos em

[...] a vocação técnica e instrumental do conhecimento científico tornou possível a sobrevivência do homem a um nível nunca antes atingido (apesar de a promessa social ter ficado muito aquém da promessa técnica), mas, porque concretizada sem a contribuição de outros saberes, aprendemos a sobreviver no mesmo processo e medida em que deixamos de saber viver. Um conhecimento anônimo reduziu a práxis à técnica (SANTOS, 1989, p. 148).

---

<sup>5</sup> “[...] A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia [...]” (SANTOS, 2003, p. 84).

Nas suas origens, a dialética, segundo Foulquié (1978), era essencialmente a arte do diálogo e da discussão, bem como a ciência contemporânea (“Filosofia dialogada”). Fechar-se num sistema acabado leva às oposições clássicas<sup>6</sup>, por isso, “[...] o sábio contemporâneo está aberto a concepções diametralmente opostas e faz apelo a elas, donde resulta uma espécie de diálogo” (FOULQUIÉ, 1978, p. 98). Nesse sentido, o presente **problema** de pesquisa – Como a militarização das escolas públicas da educação básica e a qualidade da educação se relacionam?– serve como orientação geral, na medida em que sua (melhor) delimitação se dará com o desenvolvimento da investigação. Isso porque, a presença de categorias de análise previamente estabelecidas (cuja falta pode levar à suposição de ausência de objeto de estudo ou de sua não delimitação) fere a “visão de mundo”, aqui, assumida, pois,

[...] nenhum conhecimento é totalmente dado a priori ou a posteriori; ele resulta de um diálogo entre o a priori e o a posteriori: nada de categorias mentais que nada devam à experiência, mas também nada de intuição empírica que não seja informada pelo espírito (FOULQUIÉ, 1978, p. 94).

Essa compreensão dialética de um movimento que caminha passo-a-passo em direção ao objeto de estudo, encontra conforto ao se analisar o primeiro momento fundamental de uma pesquisa dialética: “ao iniciarmos uma pesquisa, dificilmente temos um problema, mas uma problemática. O recorte que se vai fazer para investigar se situa dentro de uma totalidade mais ampla” (FRIGOTTO, 1991, p. 87). Nesse sentido, a dialética científica<sup>7</sup> “[...] resulta de uma reflexão sobre os *processus* do trabalho científico, ou, melhor, não é mais que a afirmação desse *processus*” (FOULQUIÉ, 1978, p. 111).

Isso posto, o próximo passo da pesquisa consiste “[...] no resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em jogo” (FRIGOTTO, 1991, p. 88). Nesse sentido, a **pesquisa bibliográfica** é uma indispensável e convencional fonte de informação e deverá compor o levantamento de dados da presente pesquisa. Tal tipo de pesquisa consiste na coleta e análise de produções científicas sobre o tema em estudo: de um lado, as

---

<sup>6</sup> Racionalismo X Empirismo; Realismo X Idealismo; Naturalismo X Humanismo; Natureza X Sociedade; Formais X Factuais e outras.

<sup>7</sup> Por dialética científica quero me referir àquela concebida como método de investigação e análise, que também, assume as atitudes de “visão de mundo” e *práxis*.



publicações, tais como livros, monografias, dissertações, teses, ensaios científicos, artigos etc. e a imprensa escrita (jornais e revistas); de outro, as comunicações orais por meio de rádio, gravações, audiovisuais, participação em eventos científicos e outros meios.

A **análise documental** consiste no passo seguinte a ser dispensado às fontes (primárias) da presente investigação. Constituem-se fontes desse tipo: a legislação pertinente, fontes estatísticas, ofícios, relatórios, correspondências, atas, projetos de lei, registros, iconografia, fotografia, objetos, memórias, diários, autobiografias etc.

Feito o levantamento, parte-se para o tratamento do material. Nessa fase, torna-se possível o estabelecimento das primeiras categorias de análise que comporão o eixo em torno do qual se buscará elucidar o problema de pesquisa. Agrega-se aqui, a **pesquisa de campo**. Inicialmente, a **entrevista**<sup>8</sup> com representantes do Estado responsáveis pelo planejamento, orientação, coordenação e supervisão do processo de formulação e implementação da política em estudo parece útil para esclarecimento de alguma obscuridade no entendimento da legislação, mas principalmente, por se tratar de uma atualizada fonte dos rumos políticos para o setor sob enfoque; além de gestores do Estado, em âmbito central, buscar-se-á entrevistar membros de uma comunidade escolar de estabelecimento de ensino que esteja experimentando a parceria no cotidiano.

Essas entrevistas, em número ainda indefinido, deverão ser, primeiramente, transcritas na íntegra, a fim de poderem ser analisadas. Para essa análise, dispondo-as em um quadro correlacionando resposta dos entrevistados e pergunta do pesquisador, pensamos privilegiar: 1) horizontalmente, consideração de todos os entrevistados sobre uma questão determinada; 2) verticalmente, em busca de aspectos específicos de cada entrevistado, nesse caso, o esforço está em “ouvir” as categorias importantes para ele, que se repetem com regularidade em mais de uma questão; 3)

---

<sup>8</sup> Temos preferência pelas entrevistas, em geral, pelo seu caráter de interação, e pelas de tipo semiestruturas, em particular, porque nelas as questões funcionam como roteiro, orientação para a reflexão possibilitando ao entrevistado prestar informações para além das perguntas feitas: “[...] na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica” (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p. 34).

transversalmente, em busca de categorias que se repetem com frequência, independentemente da questão ou do entrevistado. Todo esse processo de análise serve para fazer erigir as categorias de análise: eis o processo de seleção e eleição das categorias analíticas *a posteriori*, anteriormente debatido.

De posse da organização das entrevistas, bibliografia e documentos, finalmente, todo esse rico material **empírico** da pesquisa iluminará as categorias definitivas de análise do problema apresentado. Agora sim, a construção das políticas de militarização das escolas públicas da educação básica brasileira será retomada e (re)organizada em torno de **categorias de análise** estabelecidas.

O universo da pesquisa compreende aproximadamente uma centena de escolas, distribuídas por 17 estados brasileiros, com a maioria concentrada no estado de Goiás (FERREIRA, 2019). Informações contidas em banco de dados oficiais – ainda raras na temática – seriam suficientes para o panorama geral, entretanto, para o aprofundamento das questões, é necessário uma **delimitação de estudo**. Propomos o Distrito Federal como recorte para o estudo por duas razões: em primeiro lugar, por ter iniciado recentemente (2019) experiência piloto em quatro unidades da educação básica e já apontar ampliação do modelo antes mesmo da análise dos resultados; por isso, essa convicção do Estado na proposta, apesar dos apelos contraditórios, pode iluminar as questões sob análise; em segundo lugar, a proximidade da coleta empírica com o Ministério da Educação pode facilitar eventual necessidade de visita técnica.

Cabe ressaltar que se trata, portanto, de um estudo **qualitativo** que embora não se furte a investigar em extensão o fenômeno de crescimento das parcerias cívico-militares nas escolas da educação básica pública, situa-se ao lado daquela concepção de ciência cuja finalidade é a compreensão interpretativa da realidade. Significa dizer, que a amostra mínima aceita pelo paradigma dominante do fazer ciência, 25%, como única capaz de formular leis gerais, bem como seus instrumentos que pretendem por meio da *matematização* e *estatistização* atingir a realidade social não nortearão a presente pesquisa. Reconheço que o falso conflito travado na “guerra das ciências” (SANTOS, 2003) está superado. Trata-se, hoje, pois, de retomar a questão pertinente ao nascimento da Idade Moderna: Para que serve a ciência?

## 4 Fundamentação Teórica

No plano federal, as parcerias foram estimuladas mais incisivamente. Para o presidente recém empossado (2019), um dos objetivos do MEC é “promover e propor a adesão das escolas municipais e estaduais ao modelo ‘cívico-militar’ de ensino” (REBELLO, 2019). Segundo o então Ministro da Educação, Vélz Rodrigues, a pasta teria uma Secretaria para “cuidar do desenvolvimento deste tipo de modelo de gestão e ensino [...]” (REBELLO, 2019).

De fato, o Decreto nº. 9.465, de 2 de janeiro de 2019, ao aprovar a Estrutura Regimental (e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação), cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Art. 2º.), com competência bastante robusta:

Art. 16. À Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares compete:

- I - criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens;
- II - propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio;
- III - promover, progressivamente, a adesão ao modelo de escola de alto nível às escolas estaduais e municipais, mediante adesão voluntária dos entes federados, atendendo, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade social;
- IV - fomentar junto às redes de ensino e instituições formadoras novos modelos de gestão, visando a alcançar os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação;
- V - implementar um projeto nacional a partir da integração e parceria com entidades civis e órgãos governamentais em todos os níveis;
- VI - promover a concepção de escolas cívico-militares, com base em requisitos técnicos e pedagógicos;
- VII - realizar, em parceria com as redes de ensino, a avaliação das demandas dos pedidos de manutenção, conservação e reformas das futuras instalações das escolas cívico-militares;
- VIII - fomentar e incentivar a participação social na melhoria da infraestrutura das escolas cívico-militares;
- IX - propor, desenvolver e acompanhar o sistema de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades das escolas cívico-militares;
- X - propor, desenvolver e acompanhar estudos para aprimoramento da organização técnico-pedagógica do ensino das escolas cívico-militares;
- XI - desenvolver e avaliar tecnologias voltadas ao planejamento e às boas práticas gerenciais das escolas cívico-militares;
- XII - propor, desenvolver e articular a autoria e o desenho instrucional de cursos de capacitação, em colaboração com as diretorias da Secretaria; e

XIII - propor e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de controle dos projetos de cursos, gestão e formação continuada de gestores, técnicos, docentes, monitores, parceiros estratégicos e demais profissionais envolvidos nos diferentes processos em colaboração com as diretorias da Secretaria. (DECRETO Nº. 9.465, 02/01/2019).

A ideia do baixo custo dessa empreitada foi mencionada pelo Ministro de Educação, ao enfatizar não se tratar de militarização e com custo que “não sairia muito caro”; segundo Vélez, “Por que não apoiar isso, se está dando certo? Não é coisa que saia muito cara não. Os modelos em desenvolvimento partem de colégios já estabelecidos que pedem ajuda à gestão cívico-militar [...]” (REBELLO, 2019).

Há problemas nessa afirmação. Primeiro, os modelos em andamento não têm compartilhado a gestão entre educadores e militares, ao contrário a forte marca característica dessa parceria tem sido essa clara apartação. Observe-se a fala do Secretário de Educação do Distrito Federal, na qual ele reforçou que as atividades incluirão apenas as partes administrativa e disciplinar:

Esse grupo de escolas terá apoio da PM para ajudar melhor com a questão da disciplina [...]  
O custo por escola é de R\$ 200 mil, que sairá da Secretaria de Segurança. Eles tentaram mapear as áreas mais perigosas [sic!], onde havia baixo índice de desenvolvimento humano, baixo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e onde acharam que esse trabalho com a disciplina poderia ter um impacto maior (EUFRÁSIO, 2019).

O segundo problema é o custo. Improcedente a afirmação de tratar-se de baixo custo. O Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRODF) publicou artigo apontando que o custo de estudantes de Colégios Militares é três vezes maior do que aqueles que estudam na rede pública. A conta é a seguinte: cada aluno de Colégio Militar do Exército custa R\$ 19.000,00/ano; o setor público investe, em média, na educação básica, R\$ 6.000,00/ano; se todos os alunos, de 11 a 17 anos, estudassem em Colégios Militares custaria R\$ 320 bilhões/ano; isso representa o triplo do orçamento do MEC<sup>9</sup>.

Um terceiro problema atinge mais frontalmente o presente interesse de pesquisa: o que é mesmo que “está dando certo”, conforme afirmou Vélez? Se os

---

<sup>9</sup> “Atualmente, todas as instituições do Exército juntas atendem 13.280 alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do médio. O Brasil tem 17 milhões de estudantes nessa faixa etária[...]” (SINPRODF, 2019).

desempenhos desses estudantes de Colégios Militares em exames nacionais medirem algo (vamos analisar melhor a questão ao longo dessa pesquisa), então as escolas são melhores:

O desempenho dos alunos das escolas do Exército em avaliações nacionais é, de fato, superior ao restante das escolas. No **Exame Nacional do Ensino Médio** (Enem), a média é maior até do que a dos alunos de escolas particulares. O **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** (Ideb), principal indicador de qualidade no País, dos colégios militares é 6,5 (do 6º ao 9º ano do fundamental). O das escolas estaduais, 4,1 (SINPRODF, 2019, grifo no original).

Desde já, ressalte-se, contudo, que tomar os resultados isoladamente pode esconder algumas armadilhas. Nesse caso, um fator determinante oculto é a renda desses estudantes. O MEC considera a renda desses estudantes como “muito alta”, o que é encontrado apenas em 3% das escolas brasileiras. Ora, “a classe socioeconômica é considerada por educadores como um dos fatores mais importantes para a aprendizagem, pelas influências que o aluno recebe e pelas condições de vida” (SINPRODF, 2019).

O que se está alertando aqui, é que para se tornar política pública, qualquer ideia carece de maior amadurecimento. Seus pressupostos precisam ser analisados; sua proposta monitorada de perto; as condições de implantação devem ser garantidas. Há muito o que se pensar antes de se aventurar. Por exemplo, como seria o cotidiano dessas escolas? Qual a taxa de participação da disciplina no sucesso dos Colégios Militares nos exames nacionais? As parcerias em andamento seguem o modelo dos Colégios Militares? O que é o “modelo de escola de alto nível”, assim referida no Decreto nº. 9.465, de 2 de janeiro de 2019?

Na prática, o direito à educação não se realiza em uma estrutura seletiva no ingresso e excludente no princípio. A educação para todos assegurada pela Constituição Federal, de 1988, e legislações subsequentes, não comporta mais a ideia de uma escola de alto nível para uns e outra precária aos demais.

Conforme se afirmou anteriormente, existem, atualmente, mais de uma centena de escolas nesse modelo, espalhadas por 17 estados brasileiros. A maioria, porém, concentra-se em Goiás que é o estado com a experiência mais reconhecidas por seus resultados (FERREIRA, 2019).

A Câmara dos Deputados lançou no dia 09 de abril de 2019 a Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil. A Frente é coordenada pelo deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO) e composta de 200 deputados. A Frente foi anunciada durante o 1º. Simpósio Brasileiro de Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019).

A comunicação da Câmara dos Deputados ainda tateia quanto aos conceitos vinculados à iniciativa. Por exemplo, o título da matéria – “Frente parlamentar apoia ensino militar no Brasil” – é flagrante confusão com os distintos papéis dos atores envolvidos, dado que nas parcerias cívico-militares, por princípio, cabe aos militares a gestão institucional e o ensino, às Secretarias de Educação. Essa confusão aponta a necessidade de aprofundamento sobre esses diferentes papéis, bem como sobre as implicações do conceito “ensino”: O que é? Para que serve? Que relações estabelece com outros conceitos – aprendizagem, conhecimento, avaliação, papel docente etc.? Dentre várias outras.

Dourado (2007) lembra que o debate sobre a gestão da educação básica apresenta-se a partir de várias proposições. Esse é o caso do objeto em estudo. Por isso, segundo o autor, é preciso fundamentar eixos que permeiam a reflexão. Nessa linha,

A concepção de educação é entendida, aqui, como prática social, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade [...] a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como *lócus* privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. (DOURADO, 2007, p. 923).

Nessa perspectiva, a gestão educacional para Dourado (2007), vai muito além da mera aplicação de métodos, técnicas ou princípios da administração. Ou seja, “[...] a escola, entendida como instituição social, tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício *stricto sensu*” (DOURADO, 2007, p. 924).

A imbricação educação e gestão, portanto, é tributária dos fundamentos que definem os diferentes campos de compreensão dos conceitos. É assim que planejamento, desenvolvimento da educação e da escola, processos de

participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas, dentre outros, assumem orientações as mais variadas.

A defesa da educação de qualidade – pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, em ambos os níveis e diferentes modalidades – tem sido construída sob o alicerce da inclusão e democratização. Para Dourado (2007), políticas e programas governamentais nos últimos anos caminham nessa direção<sup>10</sup>. Na área da gestão, especificamente, planos como Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares, dentre outros, estão alinhados com essa bandeira.

A partir de supostos diagnósticos, análises e propostas de soluções empreendidas pelos organismos internacionais para todos os países da América Latina e Caribe, tanto para a economia, quanto para a educação foi sendo construído um ideário:

o neoliberalismo teve o êxito do convencimento a respeito na inexistência de outras alternativas para a organização e práticas sociais. Em vários setores das sociedades capitalistas e em grande parte de suas elites políticas, enraizou-se a crença da inevitabilidade dos novos modos da (des)regulação social, criando condições para que difundissem os padrões de relação entre Estado, sociedade e mercado, agora, hegemônicos (AZEVEDO, 2004 *apud* DAMBROS; MUSSIO, 2014 p. 5).

Foi nesse contexto da (des)regulação neoliberal que a educação ganhou centralidade.

Os impactos da reforma da educação para as políticas educacionais no Brasil se fizeram notar em diferentes ações e programas (Quadro 1). Nesse contexto, houve programas focalizados (Alfabetização Solidária) e diversas reformas da educação básica e superior.

**Quadro 1 – Programas para a educação propostos pela Reforma da Educação (anos 1990)**

<b>Acesso e Permanência</b>	<b>Financiamento</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Gestão</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acorda Brasil! Tá na hora da escola.</li> <li>• Aceleração da aprendizagem.</li> <li>• Guia do Livro Didático de 1ª. e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinheiro, Direto na Escola.</li> <li>• Renda Mínima.</li> <li>• FUNDEF.</li> <li>• PROEP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Censo Escolar.</li> <li>• ENEM.</li> <li>• Provão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Municipalização do ensino fundamental.</li> <li>• Programas de atualização, capacitação de</li> </ul>

<sup>10</sup> Dourado (2007) refere-se ao Fundo de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como aos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação aliados ao redimensionamento do financiamento.

<p>4ª. séries.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolsa-escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• TV Escola.</li> <li>• PROINFO.</li> </ul>		<p>desenvolvimento de servidores do MEC.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.</li> <li>• Autonomia das escolas.</li> </ul>
--	--	--	---

Fonte: elaboração do autor, com base em Dambros e Mussio (2014).

Apesar da envergadura desses esforços, seus resultados são questionáveis: a taxa de analfabetismo ainda é elevada; os anos de escolarização apenas recentemente foram ampliados; ainda há problemas cruciais na formação de professores; os sistemas de avaliação apontam queda nos resultados e sem retorno qualitativo para as escolas; aprofundou a distância entre as escolas de ricos e pobres<sup>11</sup>; a questão do fracasso ou do sucesso escolar foi descolada da sociedade para o indivíduo, isto é, para alunos e professores, sem culpabilização dos propositores da reforma; dentre várias outras (DAMBROS; MUSSIO, 2014; SILVA; ABREU, 2008).

É no contexto da luta pela democratização da sociedade que se insere a gestão democrática da educação. Etimologicamente, gestão provém do verbo *gero, gessi, gestum, gerere* e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. A partir da raiz etimológica da gestão, já se pode perceber uma dimensão distinta daquela atribuída ao gerente, como expressão de um comando frio, de uma ordem autoritária ou de uma iniciativa tecnocrática (CURY, 2002).

A gestão democrática também é alvo de atenção do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE 2014-2024. Nele, a gestão democrática é consagrada como uma diretriz do PNE,

Art. 2º São diretrizes do PNE:

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

<sup>11</sup> A esse respeito, em recente reportagem do Correio Brasiliense (31/08/2018), o Secretário de Educação do Distrito Federal lamenta o desempenho do Distrito Federal no SAEB: “Nem o resultado do DF e nem o do Brasil é algo para se comemorar. Ainda está muito aquém do que necessitamos” (Júlio Gregório Filho). Quanto ao abismo da escola dual, afirmou: “um desafio. Esta é a primeira vez que isso emerge com tanta clareza. O DF talvez seja a unidade da federação que tem a maior disparidade de renda. Além disso, aqui há uma quantidade de escolas privadas muito grande, próxima à de escolas públicas”.



A gestão democrática é referida ainda no PNE 2014-2024, ao determinar que Estados, Distrito Federal e Municípios aprovem leis específicas em seus sistemas de ensino, disciplinando-a:

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Aparece também, na meta 7, em estratégia específica destinada a fomentar o aprimoramento da gestão democrática nas escolas da educação básica (estratégia 7.4), bem como ao apoio técnico e financeiro para o seu desenvolvimento (estratégia 7.16).

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

7.4) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;  
7.16) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

Por último, o PNE 2014-2014 destina uma meta específica a fim de assegurar a efetivação da gestão democrática da educação, sugerindo que a mesma se associe a critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como consulta à comunidade.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

## **5 Cronograma**

A pesquisa terá duração de, aproximadamente, 18 meses, com início no primeiro semestre, de 2020 e, previsão de encerramento em julho, de 2021.

Apresentará relatório parcial ao final do ano de 2020 e relatório final ao final do período.

Ações		2020.1						2020.2						2021.1					
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J
1	Levantamento bibliográfico e documental																		
2	Referencial teórico																		
3	Coleta de Dados																		
4	Análise dos Dados																		
5	Relatório Parcial																		
6	Relatório Final																		
7																			
8																			
9																			
10																			

## 6 Sujeitos da Pesquisa

Participarão dessa investigação, até o presente momento: 2 (dois) docentes da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd), da UFCG; 1 (um) docente do Instituto Federal de Brasília (IFB); 1 (um) docente de Instituições privadas de ensino superior; 1 (um) estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Unidade Acadêmica de Educação (PPGED); 7 (sete) estudantes de graduação de diferentes cursos da UFCG. Sob coordenação dos dois primeiros, são eles:

- Prof. Dr. Carlos Augusto de Medeiros, Unidade Acadêmica de Educação (UAEd)/UFCG (CV: <http://lattes.cnpq.br/3616129907538617>);
- Profa. Dra. Luciana Leandro da Silva, Unidade Acadêmica de Educação (UAEd)/UFCG (CV: <http://lattes.cnpq.br/6417395216828103>);
- Prof. Dr. Adilson César de Araújo, Instituto Federal de Brasília (IFB) (CV: <http://lattes.cnpq.br/7571351023662136>);
- Prof. Dr. Aquiles Santos Cerqueira, IES privadas (CV: <http://lattes.cnpq.br/6436990962288758>);
- Profa. Paula Floriza de Sousa Quintans, Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande;
- Estudante Laio Brandao Beserra, matr. 119230081, Pedagogia/UFCG;

- Estudante Maria Vitória Oliveira dos Santos, matr. 119230203, Pedagogia/UFCCG;
- Estudante Thaize Cristina Diniz, matr. 118130394, Letras-Francês/UFCCG;
- Estudante Carla da Silva Pereira, matr. 117130852, Letras-Libras/UFCCG;
- Estudante Wellington da Silva Viana, matr. 117131182, Letras-Libras/UFCCG;
- Estudante Tainã Machado da Silva, matr. 118110460, Física/UFCCG;
- Estudante Symon Bezerra da Nóbrega, matr. 119130079, Letras-Inglês/UFCCG.

## Referências

ANPED. Nota das entidades nacionais sobre a adoção do modelo de Escolas Cívico-Militares. 04 fev. 2019. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/nota-das-entidades-nacionais-sobre-adocao-do-modelo-de-escolas-civico-militares>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Tradução de Antônio José Pinto Ribeiro. São Paulo: edições 70, [19--]. (O Saber da Filosofia).

BARROS, Júlio de. Educação se constrói com democracia, diga não à militarização das escolas. **SINPRODF**, 15/01/2019. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/educacao-se-constroi-com-democracia-diga-nao-a-militarizacao-das-escolas-2>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Ferramentas).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comunicação**. Notícias. Educação e Trabalho. Frente Parlamentar apoia ensino militar no Brasil. 09/04/2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/574730-FRENTE-PARLAMENTAR-APOIA-ENSINO-MILITAR-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº. 5.605**, de 6 de dezembro de 2005. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 99.217, de 23 de abril de 1990, que dispõe sobre a coordenação das solenidades de substituição da Bandeira Nacional, hasteada no mastro especial implantado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/D5605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5605.htm). Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº. 9.565, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **DOU**, 02/01/2019, Ed. 1-B, Seção 1 Extra, p. 6.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. **DOU**, 26/06/2014, p. 1, Edição Extra.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **RBPAAE**, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002, p. 163-174.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações. **Anais...** X Anped Sul, Florianópolis, outubro de 2014.

DIARIO DO PODER. Ibaneis diz que brasileiro precisa reforçar seus laços cívicos, 06/01/2019. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/ibaneis-diz-que-brasileiro-precisa-reforcar-os-lacos-civicos>. Acesso em: 13. mar. 2019.

DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN. **Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal**. Disponível em: <http://siedf.codeplan.df.gov.br/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

DUTRA, Francisco; ALCÂNTARA, Manoela. GDF pede R\$ 7,2 mi a ministro para mais 36 escolas com gestão militar, 08/03/2019. **Metrópoles**, 08/03/2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/gdf-pede-r-72-mi-a-ministro-para-mais-36-escolas-com-gestao-militar>. Acesso em: 13 mar. 2019.

EUFRÁSIO, Jéssica. Ibaneis anuncia implementação de quatro escolas militares no DF. **Correio Braziliense**. 12/01/2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/12/interna\\_cidadesdf,730438/ibaneis-anuncia-implementacao-de-quatro-escolas-militares-no-df.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/12/interna_cidadesdf,730438/ibaneis-anuncia-implementacao-de-quatro-escolas-militares-no-df.shtml). Acesso em: 13 mar. 2019.

FERREIRA, Anne Rachel. Escolas cívico-militares: expansão de modelo divide opiniões. **Nova Escola**, 25/02/2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15991/escolas-civico-militares-expansao-de-modelo-divide-opinioes>. Acesso em: 29 abr. 2019.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialéctica**. 3. ed. Tradução de Luís A. Caeiro. São Paulo: Europa-América, 1978. (Coleção Saber, 60).

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 2. ed. aum. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 11). p. 69-90.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução Jacob Gorender. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PATARO, Beatriz. Governo planeja educação militar em 4 escolas “civis” do DF. **Globo.com**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito->

federal/noticia/2019/01/11/governo-planeja-educacao-militar-em-4-escolas-civis-do-df-entenda-parceria.ghtml. Acesso em: 13 mar. 2019.

REBELLO, Aiuri. Governo Bolsonaro propõe que escolas adotem modelo “cívico-militar”. **Uol Notícias**, Política, São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/02/governo-bolsonaro-propoe-que-escolas-adotem-modelo-civico-militar.htm>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SALOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza**: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Ferramentas).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Mônica Ribeiro; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o “novo projeto de formação” e os resultados das avaliações nacionais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 523-550, jul./dez. 2008.

SINPRODF. Estudantes de Colégios Militares custam três vezes mais ao país. 23/01/2019. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/estudantes-de-colegios-militares-custam-tres-vezes-mais-ao-pais/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

WOORTMANN, Klaas. **Religião e ciência no renascimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.